COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 2.919, DE 2022

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providencias" para considerar como prática abusiva o não fornecimento de nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes ou suas respectivas segundas vias, relativo a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-los em desacordo com a legislação

Autor: Deputado MÁRCIO MARINHO

Relator: Deputado DUARTE JR.

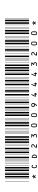
I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.919, de 2022, de autoria do ilustre Deputado Márcio Marinho, objetiva estabelecer uma nova modalidade de prática abusiva contra o consumidor, que consiste no não fornecimento, pelo fornecedor de produtos ou serviços, de nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes ou suas respectivas segundas vias, relativos à venda de mercadoria ou prestação de serviço efetivamente realizados, ou fornecê-los em desacordo com a legislação vigente.

A proposição em exame, em seu art. 1º, propõe a criação dessa nova prática abusiva mediante a inserção de um novo inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) – o qual elenca um rol de práticas abusivas contra o consumidor.

Em síntese, a proposição é justificada, segundo seu autor, com o argumento de que o consumidor necessita ter a nota fiscal, ordem de serviço





ou contrato em mãos para exercer seus direitos na esfera do Poder Judiciário quando tem problemas e precisa litigar contra os fornecedores de produtos e serviços. Desse modo, quer-se relacionar, no art. 39 do CDC, como nova prática abusiva o ato do fornecedor de produtos e serviços:

negar ou deixar de fornecer nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes, relativos à venda de mercadoria ou prestação de serviço efetivamente realizados, ou fornecê-los em desacordo com a legislação.

A proposição foi inicialmente distribuída a esta Comissão de Defesa do Consumidor, devendo tramitar, na sequência, na douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, observado o art. 24, II, em regime de tramitação ordinária (art. 151, III, do RICD).

No âmbito desta Comissão, o prazo de cinco sessões para apresentação de emendas ao Projeto, decorrido entre 11 e 25 de abril deste ano, fluiu sem manifestações.

No dia 14 de julho de 2023, apresentei o Parecer nº 01, pela aprovação, que foi lido no dia 23 de agosto de 2023. No entanto, após ampliar as reflexões sobre a matéria, entendi pela pertinência de realizar aprimoramentos na proposta original. Assim, em 05 de outubro de 2023, apresentei o Parecer nº 02, pela aprovação do projeto de lei, na forma de Substitutivo.

No curso do prazo regimental para a apresentação de emendas ao Substitutivo (compreendido no período entre 06/10/2023 a 24/10/2023), foi apresentada uma emenda, de autoria do ilustre Deputado Vinicius Carvalho, em que propõe modificação na redação do Substitutivo, com a finalidade de compatibilizar o objetivo do projeto ao disposto no §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 1º de agosto de 2023, que "Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências", no que tange à emissão unificada de documentos fiscais, a exemplo da Nota Fiscal Eletrônica.





Portanto, ofereço novo Parecer, que inclui a apreciação da emenda apresentada, em conformidade com o que estabelece o art. 129 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso V, alíneas "b" e "c" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete-nos analisar a proposição no que tange às relações de consumo, medidas de defesa do consumidor, bem como no que se refere à composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

Como bem destacado pelo autor da proposição¹:

Ter a nota fiscal, ordem de serviço ou contrato em mãos é essencial (para o consumidor) para iniciar qualquer processo judicial. Esses documentos são os primeiros a serem reservados para questionar um serviço que não foi efetivo ou realizado de forma plena como pré-combinado ou que o prazo de 30 dias para conserto do vício do produto foi descumprido, por exemplo.

O próprio CDC², em seu art. 6°, inciso III, já estabelece, como um dos direitos básicos do consumidor, ter acesso à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentam.

Ora, mostra-se inequívoco que a proposição, sob análise, vem contribuir de forma vigorosa e eficaz no sentido de ampliar o espectro de proteção dos direitos de todos os consumidores que adquirem produtos e contratam serviços no País, na medida em que lhes assegura um direito essencial de obter as necessárias informações sobre as condições – preço, quantidade, prazo e demais condições inerentes à transação comercial

² https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em dez./2023.





^{1 &}lt;a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2340854">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2340854. Acesso em dez./2023.

específica – do que estão adquirindo junto a um fornecedor de produtos ou serviços.

Mais uma vez, nos sensibilizamos e acolhemos os bons e pertinentes argumentos do Autor, em trecho da justificação do PL nº 2.919/22:

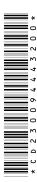
Quando um consumidor tem problemas com o produto adquirido, por exemplo, é fundamental possuir a nota fiscal. Só ela prova que o consumidor é detentor do produto e garante os direitos sobre o bem ou patrimônio. A nota fiscal é a principal segurança do consumidor em casos de má prestação do serviço ou qualidade dos produtos. Contudo, em casos de uso da assistência técnica, é importante possuir as ordens de serviço. Também chamada de OS, este documento é a formalização do serviço prestado ao cliente. Sem este documento, o consumidor não consegue provar que o produto comprado está com um vício de fabricação.

Talvez em um outro contexto, quem sabe de um país com economia mais desenvolvida que a nossa, as relações de consumo não necessitassem de tanta tutela estatal para proteger seus consumidores em questões tão básicas e triviais, quanto é o direito essencial de ter, em mãos, os documentos fiscais e contratuais mínimos relativos às suas aquisições de produtos ou de serviços.

No entanto, a proposição apresentada pelo Deputado Márcio Marinho vem, em boa hora, corrigir essa lacuna, que somente protege os maus fornecedores de produtos e serviços, quando desrespeitam sobremaneira seus consumidores e os deixam desamparados nas situações em que necessitam ter os documentos mencionados, sobretudo para exercerem seus direitos na plenitude e nas ocasiões em que precisam recorrer ao Poder Judiciário em nosso país.

Ultrapassada essa análise, entendo que o projeto pode ser aprimorado ao incorporarmos a sugestão contida na emenda ao Substitutivo (ESB nº 1/2023), de autoria do ilustre Deputado Vinicius Carvalho. Na sua contribuição, o nobre colega propõe alteração na redação da ementa e do inciso XV (incluído pelo Projeto ao art. 39 da Lei nº 8.078/90), no intuito de harmonizar o propósito da iniciativa ao quanto estabelecido no §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 1º de agosto de 2023, que "Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras





providências", especificamente no que tange à emissão unificada de documentos fiscais, a exemplo da Nota Fiscal Eletrônica.

A nova redação proposta na emenda, de fato, contextualiza a importância da documentação fiscal, porém de forma mais elaborada e precisa, já que reconhece a possibilidade da integração entre os sistemas, legislações, regimes especiais, dispensas e sistemas fiscais eletrônicos existentes na emissão desses documentos, de modo unificado.

Nesse mesmo contexto, não podemos deixar de reconhecer que a unificação dos documentos fiscais eletrônicos simplifica substancialmente a comprovação do cumprimento das normas tributárias. Sob o prisma do direito do consumidor, a redução de custos operacionais das empresas proporcionada pela referida integração tem a possibilidade de conduzir a preços mais competitivos e acessíveis e a uma maior transparência nas transações comerciais, coibindo práticas que resultem em preços inflacionados.

Portanto, entendo que o acréscimo pretendido é importante, ao expressamente prever e permitir a unificação documental, na forma prevista na legislação tributária, e prevenir eventuais conflitos interpretativos. Dessa forma, a Emenda ora analisada é meritória e deve ser acolhida.

Isso posto, reitero os termos do parecer por mim apresentado nesta Comissão, em 5 de outubro de 2023, ao tempo em que complemento o posicionamento anterior, no sentido de acolher a emenda sugerida, na forma de novo Substitutivo.

Isto posto, nada mais havendo nos aspectos em que cabe análise desta Comissão, meu voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.919, de 2022, com a Emenda nº 1, nos termos do SUBSTITUTIVO abaixo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DUARTE JR.
Relator

2023_21461





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.919, DE 2022

Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para considerar como prática abusiva o não fornecimento de nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes, ou suas respectivas segundas vias, relativos à venda de mercadoria ou prestação de serviço efetivamente realizados, ou fornecê-los em desacordo com a legislação, sob pena de constituir crime contra a ordem tributária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta novo inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para considerar como prática abusiva o não fornecimento de nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes, ou suas respectivas segundas vias, relativos à venda de mercadoria ou prestação de serviço efetivamente realizados, ou fornecê-los em desacordo com a legislação, sob pena de constituir crime contra a ordem tributária.

Art. 2º O art. 39, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso XV:

| "Art. 39 | | |
|----------|------|------|
| | | |
| | | |

XV – negar ou deixar de fornecer nota fiscal, ordem de serviço, contrato ou documentos equivalentes relativos à venda de mercadorias ou prestação de serviços efetivamente realizados, ou fornecê-los em desacordo com a legislação, nos termos do





Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

de 2023.

de

Deputado DUARTE JR. Relator

Sala da Comissão, em

2023-21461



